

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins ● Ano XXI ● novembro/dezembro 2012 ● Nº 82

MAIS DE 12 MIL CONTRA A AUSTRERIDADE



Págs 7, 8 e 9



**MDN
altera
EMFAR**

Pág. 4

**Comemorações
do Dia
Nacional
do Sargento**



Pág.16

CONTRA O ORÇAMENTO DE DESASTRE, O COMBATE TEM QUE CONTINUAR!

“Primeiro foi em nome do “equilíbrio das contas públicas”, nos últimos dois anos em nome do “memorando de ajustamento” ou de “resgate da dívida pública”, ou com mais ênfase, para salvar Portugal...”

A maioria parlamentar - PSD/CDS-PP - aprovou o Orçamento do Estado para 2013 (OE2013). Trata-se de um documento que impõe os mais duros sacrifícios da história da democracia portuguesa, apelidado por inúmeras figuras ligadas aos partidos da maioria como, entre outros epítetos, de assalto fiscal, bomba de napalm fiscal ou até de bomba atómica fiscal.

Trata-se de um orçamento, no dizer da generalidade dos economistas, “incumprível”, aliás o próprio governo assim o entende, sendo este sentimento a razão de estar já a preparar um orçamento rectificativo quando este agora aprovado ainda não está em vigor.

É um orçamento tão mau, tão mau, que não se encontra, mesmo procurando com uma lupa, alguém na sociedade que o defenda, que lhe reconheça qualquer tipo de méritos, mesmo no seio dos grupos parlamentares que o aprovaram.

Os sinais de desconforto são mais que muitos, desde as declarações de voto de deputados do CDS-PP, à declaração de toda a bancada do PSD, para evitar que 18 dos seus deputados também o fizessem.

O único argumento apresentado para explicar o seu voto é o de que “sem orçamento a situação seria pior, abriria uma crise política”.

Este é um argumento esfarrapado! Crise política mas também económica e social é este OE2013 e a política nele expressa, de mais austeridade em cima de austeridade, que nos vem sendo imposta desde 2005, que todos os indicadores confirmam o seu estrondoso fracasso.

Primeiro foi em nome do “equilíbrio das contas públicas”, nos últimos dois anos em nome do “memorando de ajustamento” ou de “resgate da dívida pública”, ou com mais ênfase, para salvar Portugal, os últimos governos sujeitaram os portugueses, que vivem exclusivamente do rendimento do seu trabalho, aos mais duros sacrifícios, impondo políticas recessivas, ano após ano, que empobrecem o país, arrastando os portugueses para a miséria.

Afirmaram primeiro que os sacrifícios valiam a pena pois, com eles, o país voltaria a crescer em 2013, depois esse momento passou para 2014, agora já vão falando que será em 2015.

Entretanto, com estas políticas, o que aconteceu foi exactamente o contrário do prometido. O défice continua descontrolado, as suas metas nunca serão alcançadas mesmo com o recurso a medidas extraordinárias, a dívida pública não para de crescer, o desemprego real atinge um milhão e trezentos mil portugueses (e continua a aumentar), privatiza-se o que resta das empresas públicas, mesmo as de elevado interesse estratégico. Portugal perdeu grande parte da sua soberania. É caso para perguntar o que fizeram do resultado dos nossos esforços e sacrifícios?

Conduziram Portugal e os portugueses para o desastre e em vez de arripiarem caminho, os governantes persistem neste caminho que nos conduz ao suicídio colectivo. Afirmava o ministro das Finanças, aquando da discussão do OE2013, que os tempos eram difíceis, mas que mesmo debaixo da tormenta tinha que manter o rumo. Nada de mais errado. Qualquer grumete de primeira viagem sabe que debaixo da tormenta se deve aproar à vaga, caso contrário o navio acabará por ir ao fundo.

Da arte de navegar o governo sabe pouco ou nada, mas parece disposto a levar-nos ao fundo, insensíveis aos dramáticos sofrimentos de todo um povo, unicamente alimentados pelos permanentes elogios dos mandantes da “Troika” e para gáudio da soberba ganância dos banqueiros que, com os bolsos cheios com o dinheiro de todos nós, afirmam com o maior desdém “...ai aguentam, aguentam!”.

Só que estes senhoritos não conhecem o Povo Português, o povo que luta e resiste, que em tempos similares ao longo da nossa história, sempre resgataram a dignidade ultrajada, tomando nas suas mãos a soberania que permitiu a este velho país de nove séculos de história o porvir do seu crescimento e desenvolvimento.

Vivemos tempos difíceis e complexos, mas se acreditarmos ser possível um outro caminho, se nos batermos por ele com todas as nossas forças, seremos capazes de o encontrar. Portugal é possível e tem futuro. Deixem-nos sonhar, pois ainda mais que nós, os nossos filhos têm esse direito. Têm o direito de viver dignamente no seu País.

Para tanto, o combate tem que continuar! ▲

ENCONTRO DE MILITARES DA ZONA DA GRANDE LISBOA

Unidade e determinação na defesa da condição militar

Oficiais, Sargentos e Praças das unidades da zona da grande Lisboa, na reserva e na reforma, reuniram-se no Hotel SANA, Lisboa, no dia 17 de Outubro, onde debateram as implicações e os perigos para a condição militar que a proposta de Orçamento do Estado para 2013 (OE2013) encerra.

O Encontro, moderado pelo Tenente-General Silvestre dos Santos, contou com a participação de centenas de militares das diferentes categorias e revelou uma forte unidade, demonstrando inequivocamente a determinação dos presentes em defender os seus direitos profissionais e a condição militar.

No seguimento das intervenções dos presidentes das associações profissionais de militares, foi dada a palavra aos militares presentes, proporcionando um elevado e responsável debate, mas não menos demonstrativo do sentir indignado que a todos causaram as iníquas propostas governamentais.

A concluir este Encontro, o TGen Silvestre dos Santos apresentou uma Resolução que sintetizou as intervenções havidas, da qual "O Sargento" destaca:



"Como é que o País chegou ao estado em que se encontra? Qual o horizonte temporal das cada vez mais gravosas medidas de austeridade, aplicadas aos mesmos de sempre? De quem é a responsabilidade da situação a que fomos conduzidos e que, inexoravelmente, está a conduzir Portugal para o abismo?"

Das Forças Armadas e dos Militares não é com certeza. Por sinal, encontram-se até entre os mais penalizados pelas duríssimas medidas que estão a ser impostas ao País, mas de que alguns, estranha e iniquamente, se encontram dispensados, nomeadamente, aqueles que, tudo leva a crer, mais contribuíram para o actual estado de coisas."

A **Resolução**, votada por unanimidade e aclamação, considera e delibera o seguinte:

"1. Considerando os indícios claros da crescente memorização da nossa Soberania;

2. Considerando que os militares portugueses entendem como inaceitável a descaracterização das Forças Armadas, ao arrepio dos princípios constitucionais que definem a sua missão.

3. Considerando que está em curso um violento ataque às condições de vida dos portugueses e, por consequência, dos militares e das suas famílias.

4. Considerando que os militares não podem deixar de manifestar toda a sua solidariedade aos seus concí-

dadãos, que, como eles, são esmagados pelas duríssimas dificuldades do dia-a-dia.

5. Considerando a degradação do estatuto profissional e social dos militares, sob a capa de uma alegada racionalização da área da Defesa Nacional.

6. Considerando que a redução das remunerações e pensões, aliada aos cortes nos subsídios de férias e de Natal, às limitações no desenvolvimento das carreiras e ao enorme aumento dos impostos, já atiraram muitos militares para além do limite da possibilidade de cumprir com os compromissos financeiros assumidos, e, a ser prosseguido e acentuado esse caminho, como anunciado pelo Governo, muitos mais cairão nessa situação.

7. Considerando que os militares portugueses juraram perante a Bandeira Nacional e o Povo Português, defender a Pátria, a Constituição da República Por-

tuguesa e demais Leis da República, mesmo com o sacrifício da própria vida.

As largas centenas de militares presentes no Encontro de Militares, deliberaram:

Mandar as Direções das APM - ANS, AOFA e AP:

● *Para levarem a cabo as iniciativas necessárias para a defesa dos seus direitos;*

● *Solicitarem ao Senhor Presidente da República, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas, a fiscalização preventiva do Orçamento do Estado para 2013 junto do Tribunal Constitucional;*

● ▲ *Promoverem uma concentração, na Praça do Município, em Lisboa, a partir das 15H00, no dia 10 de Novembro, seguida de desfile, terminando nos Restauradores, frente ao símbolo da Independência Nacional restabelecida em 1640." ▲*

Conferência Nacional de Delegados debate reforço da ANS

Quase uma centena de Delegados, representantes dos diferentes núcleos regionais da ANS - Continente e Regiões Autónomas - reuniram-se no Entroncamento, para discutir os problemas socioprofissionais que afectam os Sargentos de Portugal e perspetivar o reforço orgânico da ANS.

Na Conferência Nacional de Delegados, realizada no dia 20 de outubro - com um trabalho assinalável dos dirigentes e delegados do núcleo regional do Entroncamento - que decorreu durante toda a manhã e parte da tarde, foram analisadas e discutidas as seguintes matérias: Carreiras e Formação; Questões Sociais e Saúde Militar; Vencimentos, Cortes Remuneratórios e Aumento da Carga Fiscal; Estrutura Orgânica da ANS e Preparação do Acto Eleitoral para o Biénio 2013/2014.

Os Delegados concluíram que as condicionantes ao regular desenvolvimento na categoria militar de Sargentos, provocando longas permanências nos postos de Primeiro-sargento e Sargento-ajudante - nalguns casos por mais de dezoito anos - se deve a uma lógica elitista de classe que desde sempre preside à gestão de recursos humanos nas Forças Armadas, negando o acesso a funções de direcção e chefia aos Sargentos, nas áreas técnicas, que para além de provocar um aumento de despesas com pessoal à Instituição Militar, impede uma necessária e ajustada racionalização de pessoal.

A Conferência analisou igualmente as questões sociais tendo debatido as propostas avançadas num estudo elaborado por um especialista, por acaso com ligações directas a sectores privados com interesses na saúde, após o qual foi nomeado pelo governo para vogal do Conselho Directivo do IASFA.

Foram ainda discutidas e analisadas as consequências resultantes da aplicação dos cortes nos vencimentos, aumento da carga fiscal, cortes nos subsídios de férias e de Natal para os militares na situação de Reforma, alterações aos regimes de Reserva e Reforma, contidos no projecto de Orçamento do Estado para 2013.

A Conferência concluiu pela necessidade do reforço associativo, quer no aumento do número de associados, quer organicamente como elemento fundamental para o êxito do combate que os Sargentos de Portugal continuarão a ter necessidade de travar no ano de 2013, para defesa dos seus direitos e da condição militar.

Pela voz do presidente da Direcção da ANS, foi lançado o repto para a disponibilização e mobilização na concretização da lista a apresentar nas eleições a realizar em 2 de fevereiro, para o biénio 2013/2014. ▲

Revisão do EMFAR em preparação

Na sequência das orientações da Diretiva para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pelo Despacho n.º 149/MDN/2012 de 12 de junho, foi criada uma “Equipa Técnica” para elaborar um conjunto de medidas para alteração ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas).

A Equipa Técnica, constituída por oito juristas, nenhum dos quais militar, tem vindo a trabalhar na matéria. Segundo “O Sargento” pode apurar, esse trabalho estará concluído ou em vias de conclusão.

As propostas visam proceder a uma profunda alteração ao EMFAR, tratando-se na realidade de um novo EMFAR, segundo apurou “O Sargento”, de fonte próxima da Equipa Técnica.

O trabalho desenvolvido abrange áreas tão sensíveis como: carreiras, cargos e funções, efectivos, gestão de efectivos, promoções e graduações, avaliação, ensino e formação, regime de reserva, regime de reforma, licenças e sistema retributivo.

A Equipa Técnica tem vindo a trabalhar, tendo como base a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, diploma que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (a tal que não se aplicava aos militares...). O trabalho tem ainda como base a situação de crise económica e financeira que impõem reformas com o objectivo de contenção de despesas.

“Esta visão puramente economicista não pode deixar de nos trazer profundamente preocupados. Preocupação que se avoluma com o facto de, em matéria eminentemente socioprofissional, a ANS - bem como as outras associações profissionais de militares - não serem parte integrante dos Grupos de Trabalho nem sequer serem ouvidas durante a execução dos trabalhos, como bem determina a Lei Orgânica n.º 3/2001 de 29 de agosto”, referiu a “O Sargento”, Lima Coelho, presidente da Direção da ANS.

Segundo nos afirmou Lima Coelho, “mexer nas carreiras, promoção e formação, só tem razão de ser se for no sentido de promover uma forma integrada e motivadora de uma carreira que leve em linha de conta a especificidade da condição militar, as características e exigências tecnológicas cada vez mais avançadas dos meios ao dispor das Forças Armadas.

Os constrangimentos ao normal desenvolvimento das carreiras militares, em especial na categoria de Sargentos, devem-se a uma lógica elitista que tem impedido os Sargentos de exercerem cargos de direcção e chefia, para os quais estão habilitados, fazendo corresponder a cada promoção mais responsabilidade e autoridade. Se assim fosse, a racionalização seria um facto e poupar-se-ia muito dinheiro. Ao invés contratam-se jovens em Regime de Contrato para desempenharem esses cargos e funções, sem terem um grande conhecimento das Forças Armadas nem das suas especificidades, e quando adquirem estas capacidades acabam por sair por terem esgotado o tempo máximo de contrato, voltando tudo de novo à estaca zero”, concluiu o presidente da ANS. ▲

APM lançam “carta aberta” ao MDN

Na sequência da aprovação do Orçamento do Estado para 2013 na Assembleia da República, as Associações Profissionais de Militares (APM) - AS-MIR, Associação dos Militares na Reserva e Reforma; ANS, Associação Nacional de Sargentos; AOFA, Associação dos Oficiais das Forças Armadas e AP, Associação de Praças - lançaram uma “Carta Aberta ao MDN” subordinada ao assunto “OE 2013 - Temas mais relevantes para a estrutura militar”.

Iniciam esta carta aberta com o seguinte apontamento, corrigindo repetidas afirmações do MDN, em entrevistas ou cerimónias públicas:

“Entendeu por bem, Vossa Excelência, reafirmar que as Associações Profissionais de Militares (APM) representam apenas os seus associados, atitude que, perdoe-se-nos a franqueza, para além de denotar uma grande dificuldade em avaliar a realidade dos factos e o seu significado, denuncia igualmente uma característica de uma parcela não desprezível da nossa classe política, que já nos vai habituando a dizer uma coisa, sabendo nós que, do seu pensamento, escorre exactamente o seu contrário.

Porque V.Ex tem os números que, por Lei, as APM obrigatoriamente disponibilizam, e, como sabe, não são 3.000, mas cerca de 10.000, os associados que integram as diferentes APM (...)”

Mais adiante relembram que “as APM tudo têm feito para contrariar e fazer reverter este caminho que reputamos de suicidário, pois entendemos que, nem os militares, nem a comunidade que jurámos servir, são merecedores de um destino construído à custa de continuada injustiça e ausência de equidade decorrentes dos sacrifícios impostos sob o lema do custe o que custar, mesmo que à custa da ruína de todos nós”.

Fazendo um breve apanhado de medidas que consideram penalizantes, referem: “Sim, Sr. Ministro da Defesa Nacional; nada tem resistido incólume às mãos de Vossa Excelência:

O congelamento e redução das remunerações e reformas e a dupla penalização destas para cada vez mais militares; os cortes nos subsídios de férias e Natal; a discriminação negativa no que se refere às progressões; a redução (mais uma) de efectivos; o congelamento das promoções e, agora, as promoções a conta-gotas e em condições que continuam a colidir com a especificidade das Forças Armadas (remuneração no dia imediato à publicação em Diário da República); o decorrente prejuízo dos fluxos de carreira; as questões relacionadas com a ADM e com o IASFA que se vão degradando mais e mais; a situação do Fundo de Pensões dos Militares sem resolução à vista, em manifesta discriminação negativa relativamente a outros grupos socioprofissionais; o cálculo da pensão de reforma para os militares mais jovens que se situarão em inacreditáveis valores se nada for feito para alterar o quadro legal que, uma vez mais, distingue pela negativa quem serve nas Forças Armadas;



o incumprimento do Regulamento de Incentivos no que concerne aos militares em regime de voluntariado e contrato, etc.”

Terminam com a denúncia do estafado discurso da tentativa de “diabolização” das APM, o reiterado incumprimento da legislação em vigor, no que concerne ao direito de audição e de integração em grupos de trabalho, mas com maior gravidade, a continuada intenção de colocar militares contra militares, procurando isentar os responsáveis políticos das consequências das suas políticas desastrosas:

“Não podemos deixar de lamentar a persistência de Vossa Excelência em afirmar, de cada vez que questionamos opções que julgamos perniciosas para os militares, que as medidas ou opções decididas foram amplamente discutidas com as Chefias Militares, deixando subentender que terá obtido destas a

respetiva aquiescência.

Constituindo-se como óbvio, necessário e indispensável o relacionamento com as Chefias Militares, não estando em causa, como não poderia estar, tal relação, permita-nos Sr. Ministro da Defesa Nacional que, lealmente, façamos aqui um juízo sobre tal postura que consideramos desadequada, por duas ordens de razões:

- Porque, tendo-lhe sido outorgada competência para as decisões que toma, parece procurar endossar ou repartir responsabilidades por algo que será da inteira responsabilidade de Vossa Excelência;

- Porque, ao envolver as Chefias Militares nas decisões por que Vossa Excelência é responsável, a maioria das quais penalizam fortemente os militares, poderá, quicá inconscientemente, estar a contribuir para interferir com a coesão entre os militares, esteio e cimento agregador do espírito militar”. ▲

O canto do cisne do ministro

O ministro da Defesa Nacional, Aguiar Branco, proferiu, no Dia do Exército, um longo discurso. Das várias matérias ressalta um denominador comum: o tom de desespero.

O desespero do ministro que quer apresentar serviço feito a todo o custo, e que invoca demoníacos inimigos que o pretendem prejudicar.

O desespero do ministro que elogia as mesmas tropas a quem retira equipamentos, meios e dinheiro, a ponto de comprometer a operacionalidade das mesmas, em vez de gerir e racionalizar recursos seriamente e onde dói.

O desespero do ministro que vem acenar as promoções como se de um prémio que ele inventou se tratassem, em vez de algo que nunca deveria ter sido posto em causa.

O desespero do ministro que, no seio do seu Governo, se prepara para entregar a Saúde Militar ao setor privado, de borla, roubando à Família Militar a única compensação pelas onerosas condições em que presta serviço em permanente disponibilidade.

O desespero do ministro é tal que o obriga a mentir, quando afirma manter todas as isenções para os Deficientes das Forças Armadas (DFA) e depois no Orçamento de 2013 se prepara para cortar o desconto nos comboios às praças DFA.

O desespero do ministro é o desespero de um Governo agonizante que todos os setores sociais rejeitam e desejam removido, e não há atoardas ou falsos brios que o disfarcem.

Paulo Contreiras

Vice-presidente da Associação Nacional de Sargentos

Militares apelam ao Presidente da República

Uma delegação, composta pelos presidentes das APM - Lima Coelho, Manuel Cracel e Luís Reis - entregaram, na residência oficial do Presidente da República, um ofício solicitando que a Lei do Orçamento do Estado para 2013 (OE 2013) seja enviada ao Tribunal Constitucional para verificação preventiva da sua constitucionalidade.

A delegação das APM foi recebida pelo Tenente-Coronel Luís Monsanto, assessor da Casa Militar da Presidência da República, a quem foi possível adiantar sucintamente as razões do apelo formulado.

Aquando da entrega do apelo na Presidência da República centenas de militares promoveram uma vigília no jardim em frente à residência oficial do Presidente da República, numa demonstração inequívoca do apoio à iniciativa das APM.

Nesse dia 27 de novembro, na manhã do qual a Assembleia da República aprovou o OE2013, as APM's entregaram no Tribunal Constitucional e na Provedoria de Justiça ofícios com o mesmo teor do que foi entregue na Casa Militar da P. R.

No apelo entregue as APM realçam: *"Dela, Lei do OE/2013, não consta qualquer medida de salvaguarda dos direitos dos que se reformarem/aposentarem (ou dos que já mudaram para essa situação) durante o período em que vem vigorando a redução das remunerações, que, assim, se vêem duplamente penalizados: redução dos proventos enquanto na situação de activo/reserva, com o cálculo da pensão de reforma com referência a esse valor (remuneração reduzida), e nova redução com a imposição da contribuição extraordinária de solidariedade."*

Ou, tendo como referência este último caso, o que se revelará ainda mais grave: será que o Governo está a tentar transformar a transitoriedade das medidas, que mereceu a compreensão do TC, em decisões definitivas, nomeadamente no que se refere às remunerações e no que diz respeito às pensões de reforma, conforme parece resultar de declarações públicas de elementos da troika?

Entretanto, a conjugação destas medidas reforça a ideia de que a Lei do OE/2013 impõe aos servidores do Estado e aos reformados e pensionistas um conjunto de sacrifícios que ultrapassa todos os limites do suportável, ainda por cima bem superiores ao que é exigido aos seus concidadãos, tornando irrecusável a necessidade de ser sujeita à avaliação por parte do Tribunal Constitucional".



As leis dos Orçamentos do Estado de 2011, 2012 e 2013, a redução das remunerações, o corte dos subsídios de férias e de Natal e, agora a manutenção da redução das remunerações, a suspensão do pagamento do subsídio de férias, a contribuição extraordinária de solidariedade dos reformados, as pensões de reforma calculadas a partir das remunerações de reserva reduzidas e, com isso, a sua dupla penalização, e o agravamento dos impostos directos, justificam o apelo das APM:

"Deste modo, cumprindo a Resolução aprovada por unanimidade e aclamação pelos mais de dez mil participantes na Concentração e Desfile da Família Militar do passado dia 10 de Novembro, os presidentes das APM vêm solicitar a Sua Exa. o Presidente da República que não promulgue Lei do OE/2013 e se digne determinar a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional". ▲

Quem fala pelos militares?

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013 introduz alterações ao regime de Reserva e Reforma para os militares das FFAA. Instalou-se a insegurança, a instabilidade, a incerteza.

Depois do "documento de propaganda do MDN" - ver Comunicado Nacional da ANS n.º 21/2012 - (não) ficámos todos mais descansados...

A ANS havia aconselhado todos os militares que tivessem dúvidas sobre o assunto a requerer esclarecimentos ao seu respectivo Chefe de Ramo (ver minuta em www.ans.pt). Foi o que muitos militares dos vários Ramos fizeram, leal e frontalmente, onde naturalmente se incluem alguns camaradas da Armada.

O CEMA, a quem eram pedidos os esclarecimentos, exarou despacho no passado dia 07DEZ e mandou notificar os militares da sua decisão. E o que respondeu o CEMA?

Passamos a transcrever o texto da notificação:

"Na sequência dos diversos pedidos de esclarecimento relativos às medidas constantes na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013 entregue na Assembleia da República em 15 de outubro de 2012, [...] considera-se que as questões colocadas pelos requerentes têm res-

posta no documento de esclarecimento do Ministério da Defesa, publicado na sequência da aprovação na Assembleia da República da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013".

Ou seja, embora objetivamente não se responda nem se tranquilize os camaradas que pediram esclarecimento ao seu Chefe de Ramo, esta é uma resposta sintomática da ingerência, consentida, do poder político nos assuntos internos da Armada. A resposta do CEMA significa que não são os Chefes que falam pelos militares, tal como o ministro Aguiar Branco disse em várias ocasiões com o intuito de desvalorizar a legitimidade e representatividade das APM. O que verdadeiramente se depreende da resposta do CEMA é que quem fala pelos chefes militares é o ministro, mesmo que não seja esclarecedor.

Num quadro destes, só há uma solução: reforçar as APM. Estas falam em nome dos seus associados. Estas defendem os seus representados. No caso dos Sargentos de Portugal só há um caminho, e esse é o de cerrar fileiras em torno da ANS. Fortalecendo-a os camaradas terão também mais força. Terão cada vez mais quem, efetivamente, fale por eles. ▲



O diálogo institucional com a tutela

Desde a entrada em funções do actual Executivo, mais propriamente a partir da audiência concedida à ANS pelo ministro da Defesa Aguiar Branco, em 7 de março de 2011, tem havido reuniões regulares com a tutela das FFAA. Logo nessa primeira audiência, pedida pela nossa associação para apresentação de cumprimentos, Aguiar Branco delegou no SEADN, Braga Lino, a realização desses contactos formais, o qual, através de Despacho de 30 de março de 2012, determinou que a DGPRM (Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar) reúna bimestralmente com cada uma das associações profissionais de militares das Forças Armadas, de modo a recolher os seus contributos relativamente a questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados, bem como em demais matérias relevantes, expressamente incluídas nas suas finalidades estatutárias, por forma a ser feito com a mesma periodicidade, um relatório sobre os temas abordados e sua evolução.

Estas reuniões formais têm acontecido e delas é feita sempre uma notícia de reunião com o contributo da ANS. Para além destas, e ainda desde Março do ano passado, já houve também algumas reuniões *informais* com o SEADN, por solicitação do próprio. Esta é uma evolução que se saúda, por significar que há caminho para andar no que respeita ao diálogo institucional entre as APM e a tutela. Contudo...

Como sempre referimos, em co-



municados, de viva voz a todas as entidades, em documentos de estudo, reunir-se é positivo. Agora, há que materializar as informações e o debate que elas proporcionam. Sem essa materialização não passam de atos formais.

Não que queiramos que estas reuniões sejam consideradas como aquilo que a Lei do direito de associação profissional dos militares (LO 3/2001) define como direitos das associações (Art. 2.º), nomeadamente no que respeita "(...) a integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;" e a "(...) ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados". Estas reuniões servem para dialogar, mas não são o que a Lei estabelece. Ou seja, não sendo inúteis, não são o suficiente.

Ora o que parece é que os atuais

elencos do MDN e da SEADN, embora mostrando abertura ao diálogo e à relação institucional, resistem a dar o passo em frente, que é o de, efetivamente, considerar as APM como parceiros de direito próprio da Democracia, integrando-as, a montante, na tomada de decisões da tutela sobre assuntos de cariz socio-profissional dos militares que representam.

E se é isso que pretendem, ainda que disfarçadamente, então desengajem-se:

- não contem com a ANS para se deslumbrar com os tapetes de veludo dos corredores do poder;
- não utilizem estes mecanismos para justificar o '(...) ouvidas que foram as associações (...)’ dos preâmbulos das Leis que nos castigam e às nossas famílias;
- não pensem que nos adoçam a voz para que abrandemos a vigilância, a denúncia e a luta contra as atrocidades cometidas em prejuízo da Condição Militar, com especial inci-

dência desde a entrada em funções do actual Governo.

O objetivo da última *reunião informal* que tivemos com o SEADN (no passado dia 11DEZ, ver facebook), por sua convocatória, foi, nas palavras de Braga Lino, ter uma '(...) *conversa informal, cujo objetivo era o de dar nota de que o trabalho em sede de OE 2013, no que respeita aos militares e segundo a opinião da tutela, teve um resultado equilibrado (...)’* e que '(...) *conta com as APM, nomeadamente com a ANS, para levar a cabo as reformas (...)’*.

Ora, adaptando o adágio popular, de conversas informais está o inferno do associativismo profissional de militares cheio! Não queremos conversa, queremos ações concretas! Não queremos apenas notícias de reunião, queremos que, no mínimo, haja a natural sequência do diálogo, haja evolução e respostas aos problemas que nos afetam!

Estaremos, como sempre estive- mos, disponíveis para fazer parte da solução, sustentados na Lei e num trabalho credível e reconhecido de mais de duas décadas; não temos, nem nunca teremos disposição para diálogos decepcionantes. A nossa postura não é essa. E se este formato de diálogo não serve e é até, por muito melindre que cause dizê-lo, uma perda de tempo, o que há é que mudar o formato, não acabar com o diálogo. É isso que os nossos sócios nos exigem. É isso que a ANS fará.

Luís Bugalhão ▲

Militares "votam contra" o orçamento!

Cerca de cinco dezenas de militares, em que se incluíam dirigentes das APM, estiveram presente nas galerias da Assembleia da República, assistindo à votação final global do Orçamento do Estado para 2013 (OE2013).

Como era espectável, a maioria parlamentar que sustenta o governo - PSD, CDS-PP - com o seu voto fez aprovar o OE2013.

Contudo, ficou patente o desconforto de alguns deputados da maioria, quer pelo semblante que aparentava tudo menos alegria e convicção, quer pelas declarações de voto apresentadas.

Até nos discursos finais dos grupos parlamentares que votaram favoravelmente o OE2013 ficou patente o desconforto que os incomodava. Não se ouviram palavras de elogio ao documento aprovado, ouviram-se apenas palavras justificativas para o seu ato iníquo.

Palavras resignadas e de circuns-tância, de consolo para as suas

consciências perturbadas, porque sabem que este OE2013 não é cumprível, nem responde aos problemas do país e dos portugueses.

Quando a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, fez ouvir a questão "*quem vota contra o Orçamento de Estado para 2013 faça favor de se levantar*", em simultâneo, como que impulsionados por uma mola, os deputados de toda a oposição - PS, PCP, BE e PEV - um deputado do CDS-PP, e, num ato espontâneo, **os militares presentes nas galerias levantaram-se.**

Depois de se levantarem, os militares voltaram-se e ordeiramente iniciaram a saída das galerias, deixando atónito todo o hemiciclo e os jornalistas presentes. Seguiu-se um profundo silêncio, apenas interrompido pelo disparar das máquinas fotográficas, que não deixaram escapar o momento.

Já no exterior, os militares con-versando uns com os outros, ques-

tionavam-se: "*Ouviram os discursos dos representantes da maioria? Será que acreditam nalguma palavra das que proferiram? Não vos pareceu que o deputado do PSD, ou os serviços de*

apoio à sua bancada, trocaram os papéis que o senhor teria de ler?"

Convenhamos, se assim não foi... que pareceu, pareceu! ▲



Concentração da Família Militar

Doze mil contra a austeridade

Contra a política de austeridade, imposta pelo governo a mando da "Troika", que vem empobrecendo os portugueses e Portugal, começaram a concentrar-se na Praça do Município, em Lisboa, a partir das 14H30, os militares e familiares que responderam ao apelo das APM.

Uma hora depois a Praça estava completamente repleta pelos mais de doze mil militares de todas as categorias e situações, tornando glorioso aquele dia 10 de novembro, na luta pela dignidade e pela condição militar.

As equipas destacadas para o efeito começaram a organizar o desfile, que iria terminar na Praça dos Restauradores, distribuindo faixas com frases que correspondiam aos sentimentos que envolviam os presentes e que respondiam ao porquê daquela jornada de luta.

O desfile arranca pela Rua do Arsenal, entra pela Rua do Ouro a caminho da Praça dos Restauradores. O silêncio era profundo, de tão profundo que era, que até se ouvia o bater de asas de algum pombo que por aqueles lados se alimentava.

Aquele caminhar determinado e seguro de toda a família militar impressionava não só quem participava na caminhada, como também muitos cidadãos anónimos que assistiam estupefactos com o "ruidoso silêncio" que se fazia sentir, aqui e ali entrecortado com aplausos dos portugueses que se posicionaram ao longo do percurso.

Os representantes da comunicação social estrangeira questionavam alguns dos manifestantes sobre o porquê de tamanho silêncio, porque nunca a tal tinham assistido.



tantes, ouvia-se música de autores portugueses consagrados, assistiu-se a um momento impressionante e deveras comovente, ao chegar a frente da manifestação, onde se encontravam os presidentes das APM, ouviu-se a "Grândola, Vila Morena".

Foi uma tarde carregada de simbolismo, a começar na Praça do Município onde em 5 de Outubro de 1910 foi proclamada a implantação da República, passando pela Praça dos Restauradores que torna perene a restauração da nossa independência em 1640 - independência e soberania hoje em dia tão ameaçadas - e culminando com os

dentes das APM.

No mesmo dia e hora dezenas de militares em serviço nas Regiões Autónomas, solidários com os seus camaradas do Continente, concentraram-se no Funchal e em Ponta Delgada.

No final foi apresentada uma "Resolução", aprovada por unanimidade, no sentido de se dar continuidade ao combate pela dignificação da condição militar, das Forças Armadas e dos que nelas servem.

Esta grandiosa jornada, em defesa da DIGNIDADE da Condição Militar, contou com a solidariedade ativa das associações e sindicatos representativos das Forças de Segu-



Obtinham como resposta natural, que nós somos militares, temos uma formação ética, profissional e de disciplina, da qual muito nos orgulhamos, por isso somos assim e desta

forma singular e única nos comportamos, mesmo quando lutamos pelos nossos direitos.

Na Praça dos Restauradores, parada para receber os manifes-

acordes da senha para o 25 de Abril de 1974 que nos fez retornar à democracia. Aspectos e simbolismos, devida e oportunamente destacados nas intervenções dos presi-

rança, da Associação 25 de Abril, Associação Conquististas da Revolução e da Confederação Portuguesa das Coletividades de Recreio Cultura e Desporto. ▲

CARTÃO VERMELHO À AUSTERIDADE, PEL



A DIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO MILITAR



Governo aumenta desconto para ADM

ANS recebeu um ofício do secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional para se pronunciar sobre um projeto de decreto-lei interpretativo relativamente ao desconto obrigatório para a ADM. De acordo com este documento, a norma interpretativa contém o seguinte texto:

“Artigo único

Norma interpretativa

1 - Devem ser considerados, para efeitos de incidência dos descontos para a assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM), os suplementos remuneratórios que possuam carácter de permanência, nos mesmos termos da incidência da quota para a Caixa Geral de Aposentações.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se o suplemento da condição militar.

3 - O suplemento remuneratório considerado nos termos do número anterior constitui base de incidência do desconto para a ADM de todos os beneficiários titulares, com efeitos a partir do 1.º dia do mês seguinte ao da entrada em vigor do presente diploma.

4 - A reposição dos descontos não efetuados para a ADM incide sobre os 14 meses de remuneração base paga e tem efeitos desde 29 de abril de 2010, para os beneficiários inscritos na ADM a partir de 1 de janeiro de 2009, e desde 1 de janeiro de 2011, para os restantes beneficiários.

5 - A reposição dos descontos deve atender às regras de redução e suspensão remuneratórias constantes na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

6 - A reposição dos descontos deve ser efectuada em conformidade com o disposto nos artigos 36.º a 42.º do Regime de Administração Financeira do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a redação actual.”

A 17 de dezembro a ANS fez chegar ao gabinete do SEADN a resposta com o seu parecer sobre a matéria, do qual destacamos:

“Acusamos a receção do documento em epígrafe, embora estranhemos que o mesmo não nos tenha sido entregue por ocasião da reunião na Secretaria de Estado da Defesa Nacional, para a qual fomos recentemente convocados. Para além de dar nota de maior transparência na construção do processo, teríamos tido mais tempo para a sua análise e conseqüentemente melhor condição para a presente resposta pois julgamos ser excessivamente curto o prazo que nos foi concedido para uma resposta abrangente conforme a exigência da matéria, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001 de 29 de agosto.

“Por outro lado, foi com desagrado que percebemos que este documento já seria do domínio público quando, poucas horas após a reunião, fomos confrontados com perguntas de diversos órgãos da comunicação social sobre o conteúdo deste mes-



mo projecto de diploma e da perspectiva do mesmo vir a ser aprovado em Conselho de Ministros próximo para poder produzir efeitos já no início de 2013.

Fica uma vez mais a ideia de que o envio do documento para as associações, nestas condições, não será tanto de poder incorporar sugestões ou alterações suscitadas pelas mesmas, mas tão só o de cumprir o preceito legal para que possa constar no texto final que ‘foram ouvidas as associações profissionais...’”

Segue-se, após esta introdução, uma análise jurídica sobre a evolução da legislação que conforma o desconto obrigatório para a ADM (disponível em www.ans.pt) após a qual a resposta termina, referindo:

“(…) quanto à reposição por parte dos beneficiários, dos descontos não efetuados para a ADM com efeitos desde 2010 ou 2011, conforme a data da sua inscrição na ADM, suscita-nos discordância uma vez que o facto não é imputável aos beneficiários pois, como consta no texto do projecto agora em análise, ‘acresce que a complexidade do processo de reposicionamento remuneratório dos militares, resultante da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que aprovou a nova estrutura remuneratória para as Forças Armadas, envolveu um elevado número de regressões, as quais dificultaram, do ponto de vista administrativo, a realização dos descontos para a ADM.

Assim, em razão da evolução interpretativa que se registou na base da incidência do desconto obrigatório, por um lado, e por força da complexidade do processo de reposicionamento remuneratório dos militares, por outro, não se procedeu, até ao presente momento, à regularização dos

descontos para a ADM”, explicação absolutamente demonstrativa de que a não cobrança dos referidos descontos apenas pode ser imputada à administração. Cabe aqui lembrar que, em devido tempo, a Associação Nacional de Sargentos alertou as diversas entidades competentes (tutela política, grupos parlamentares e chefias militares) para os riscos que tal legislação comportava.

Por outro lado, embora tenhamos a consciência de que se trata de matéria diversa, registamos a dualidade de critérios praticada pelo mesmo elenco governativo relativamente à reposição retroativa, quando a mesma não se reconhece aos militares que, sendo promovidos com data de antiguidade anterior a 2012, e sendo-lhes pública e oficialmente reconhecida essa mesma antiguidade, os efeitos remuneratórios apenas lhes são conferidos no dia seguinte à publicação do respetivo despacho no Diário da República, argumentando com a legislação prevista no n.º 3 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, aditada pela Lei n.º 20/2012 de 14 de maio.

Quanto à incidência dos descontos para a ADM sobre o Suplemento de Condição Militar, ou qualquer outro suplemento remuneratório, não existe, até à data, qualquer enquadramento jurídico vigente que permita a sua aplicação.

Estranha-se que a modalidade adotada para a sua aplicação seja através de um “artifício” jurídico, materializado numa norma interpretativa que não indica expressamente qual a norma interpretada, limitando-se no seu

preâmbulo a fazer uma apreciação da diversa legislação atrás referida, onde se inclui a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que não tem aplicação nas matérias relativas às Forças Armadas.

Ao invés, e por uma questão de transparência, mas acima de tudo, da clareza da norma que deve pautar um estado de direito democrático, o que deveria ser feito relativamente à incidência dos descontos para a ADM sobre o Suplemento de Condição Militar, ou outros suplementos remuneratórios, era uma alteração ao n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei 167/2005, de 23 de setembro, e à Portaria 284/2007, de 12 de março para que a legislação que regulamenta a ADM passe a estar em conformidade com a nova realidade contributiva que se pretende implementar.

Face ao exposto, e não havendo dúvidas quanto à aplicação do desconto para a ADM sobre os 14 meses de remuneração paga à totalidade dos militares nas situações activo e reserva, desde a data de entrada em vigor do novo sistema retributivo, a posição da Associação Nacional de Sargentos é de total discordância relativamente à reposição por parte dos beneficiários, dos descontos com efeitos desde 2010 ou 2011, conforme a data da sua inscrição na ADM. Estes descontos deverão passar a produzir efeitos no dia seguinte à publicação da legislação resultante deste projeto de Decreto-Lei em Diário da República.

Reforçando a nossa posição, tendo em conta os constrangimentos financeiros e sociais que estão a ser impostos a todos os portugueses, nos quais naturalmente se incluem os militares, e observando tudo o que atrás foi exposto, propomos que se aplique o previsto no n.º 1 do Artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 155/92 de 28 de julho.

É igualmente de total discordância a nossa posição relativamente aos descontos incidentes sobre o Suplemento da Condição Militar pois, uma vez mais, e à semelhança do que ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, com particular incidência no seu Anexo III, se vem acentuar o tratamento diferenciado entre os militares, numa situação em que também não foram cumpridos os pressupostos da Lei Orgânica n.º 3/2001 de 29 de agosto.

Finalmente, sem prejuízo da opinião acima expressa, e como já o fizemos em 2005, continuamos a defender o princípio de que a quotização dos beneficiários deve reverter para o nosso Instituto de Acção Social Complementar - o IASFA - sendo que a responsabilidade dos custos da ADM deve ser suportada pela tutela política através da necessária cabimentação orçamental. ▲

Comandante de unidade insulta associações militares

Este episódio foi relatado na edição do Diário de Notícias (DN), de 10.12.2012, do qual transcrevemos os seguintes excertos:

“O comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira (ZMM) fez duras críticas às associações de militares, perante subordinados formados na parada, soube ontem o DN junto de fontes militares.

O caso deu-se a 30 de novembro e deu origem a uma queixa para eventual procedimento disciplinar que foi entregue na sexta-feira (...).

Uma das fontes, citando de memória, garantiu que o referido comandante acusou as legalizadas associações socio-profissionais (oficiais, sargentos e praças) de estarem ‘conotadas com partidos políticos’ e andarem a ‘convencer os militares a requererem a reserva antecipada’ - o que o próprio qualificou como ‘um desrespeito pelo comandante’ que os aconselhara a não fazer nem a deixarem-se ‘levar pelas conversas dos tipos das associações e sindicatos’.

Sobre os protestos organizados nas últimas semanas pelas associações de militares (pelo menos uma tinha um dirigente na formatura), o comandante daquela Unidade de Apoio na Madeira fez uma sugestão: ‘Metam as bandeiras e os apitos pelo cú acima’.



Outra fonte lembrou, também de memória, que aquele oficial repetiu algo que já tinha dito em público há um ano: quando os militares tiverem de ir para a rua, ‘é com armas e (ele será) o primeiro a dar o passo em frente’.

Segundo o que “O Sargento” con-

seguiu apurar, um dos militares presentes na formatura, um Sargento-Ajudante, sentindo-se incomodado e ofendido na sua condição de militar e de cidadão, entendeu apresentar queixa do seu superior hierárquico, tendo-o informado desta sua intenção e tendo o apoio de diversos militares que testemunharam o ocorrido, militares de várias categorias e com as mais variadas funções naquela Unidade de Apoio. Conforme notícia o DN, e “O Sargento” confirmou, a queixa foi formalmente apresentada no passado dia 7 de dezembro. “O Sargento” irá continuar a acompanhar o desenvolvimento deste caso e dele dará conhecimento oportunamente.

Coronel Vasco Lourenço toma posição

Na sequência daquele episódio, o Coronel Vasco Lourenço, presidente da Direção da Associação 25 de Abril, fez chegar à Direção da ANS (bem como às Direções das ASMR, AOFA e AP) uma carta que dirigiu ao General Chefe do Estado Maior do Exército.

Nesta carta, o Coronel Vasco Lourenço, aludindo a este episódio, refere que, “dada a enorme gravidade de que

o mesmo se reveste, no que respeita aos mais elementares deveres de um oficial, enquanto militar e cidadão” vem dele dar conhecimento e solicitar “que tome as devidas providências, para responsabilizar o seu autor e evitar episódios semelhantes”.

Refere ainda que, ao dirigir esta carta ao CEME, o fez “como cidadão e militar”, qualidade de que não abdica e que lhe “impõem a defesa da Pátria, a defesa de uma sociedade livre, democrática, justa e em paz”.

Fá-lo portanto na sua “qualidade de presidente da Direção da Associação 25 de Abril, associação cultural e cívica que, fundada por oficiais das Forças Armadas, congrega hoje mais de seis mil associados (militares das várias classes e patentes e civis), na defesa dos valores que em 25 de Abril de 1974, levaram o Movimento das Forças Armadas a terminar com a ditadura e abrir as portas à liberdade, à democracia, à paz e ao Estado de Direito.

Assim, dignificando de forma ímpar e única, as Forças Armadas Portuguesas.”

Refere ainda que as ofensas que o aludido comandante “tentou fazer às associações socioprofissionais de militares (...) são tão graves que justificam, só por si, qualquer atitude de retaliação e exigência de reparação”.▲

Informação do IASFA

Comparticipação medicamentosa - ADM

Foi recebido na sede da ANS um ofício do presidente do Conselho Diretivo do IASFA solicitando a maior divulgação possível da Circular Informativa e do modelo de ofício anexos sobre a nova situação relativa à comparticipação medicamentosa dos beneficiários da ADM.

Este é mais um passo no sentido da descaracterização de um dos importantes aspectos que caracterizam a condição militar: o direito à saúde e à assistência para os militares e seus dependentes.

Este ataque, contrariamente ao que algumas vozes pretendem fazer crer, não se iniciou só agora. Não! Este vil ataque formalizou-se em 2005 com a publicação do Decreto-lei n.º 167/2005 e com as alterações a que obrigou. E se piores consequências não teve logo na altura, deveu-se a muita da luta e resistência que diversos setores da sociedade travaram, de entre os quais se destacam as associações profissionais de militares.

Contudo, ao longo do tempo, várias mudanças e alterações foram sendo introduzidas neste importante setor, quase sempre, para não di-



zer sempre, sem o conhecimento, consulta e participação das associações profissionais de militares, sendo uma das últimas a alteração ao elenco diretivo do IASFA.

Mas, porque a preocupação da ANS está sempre e prioritariamente voltada para o serviço prestado aos nossos associados, não podemos deixar de difundir a informação di-

vulgada pelo IASFA, para que, num quadro em que as condições de vida se degradam todos os dias, e em que somos alvos dos mais variados cortes e esbulhos, não se avolume mais uma preocupação no seio dos membros da família militar.

A Circular Informativa e o ofício deste Instituto a dirigir a todos os beneficiários referem:

“Informamos que, devido a alterações legislativas previstas no Decreto n.º 100/XII, da Assembleia da República (Orçamento do Estado para 2013), a partir de 1 de janeiro de 2013, os encargos do sistema de assistência na doença referentes à comparticipação medicamentosa passam a ser da responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), não implicando qualquer alteração nas comparticipações para os beneficiários, que se mantêm na totalidade.

Deste modo e como apenas é alterada a entidade responsável pela comparticipação dos medicamentos, na consulta e no momento do preenchimento da prescrição (receita) dos medicamentos, o médico assistente deve passar a colocar o

número de utente do SNS em alternativa ao número de beneficiário da ADM.

Face ao exposto, informamos que todos os Beneficiários da ADM que ainda não sejam detentores do nº de Utente do SNS, que já consta também no Cartão de Cidadão, deverão junto do Centro de Saúde do SNS da sua área de residência solicitar que o mesmo lhe seja emitido.

Adicionalmente, vamos informar desta alteração todos os médicos e farmácias que colaboram com a ADM, para que esta nova situação não venha a causar qualquer transtorno e possa decorrer de forma totalmente tranquila.

A terminar, o Conselho Diretivo do IASFA, I.P. afirma o seu empenho na melhoria continuada do serviço a prestar aos beneficiários da ADM, procurando simultaneamente assegurar a sustentabilidade deste subsistema de assistência na doença.

Para eventuais esclarecimentos, este Instituto tem ao seu dispor os seguintes contactos:

vogais.cd@iasfa.pt
admbeneficiarios@iasfa.pt
Tels.: 213 581 121 / 214 540 757.” ▲

O 25 de Abril 38 anos após

Serenados os ânimos e calibradas as emoções é altura de aferirmos a importância e o valor a atribuir à formal recusa da Associação 25 de Abril (A25A) em participar na 38.ª sessão comemorativa da Assembleia da República. Ficará para um segundo momento de apreciação ausências de Mário Soares e Manuel Alegre.

Numa primeira abordagem não deixa de ser assaz significativa esta rejeição da A25A atendendo ao alto significado que a cerimónia do Parlamento assume face ao acontecimento ímpar - o 25 de Abril de 1974 - que teve a suma virtualidade em restituir a liberdade ao povo português. Uma cerimónia destas, com a presença e par-

ticipação dos quatro órgãos da soberania e outras entidades, mais do que a imponência de que se reveste tem um significado bem preciso - o de reconhecer a importância do acontecimento na vida da Nação e naturalmente saudar aqueles que realizaram o feito - os militares do 25 de Abril.

A A25A foi seguramente a primeira associação constituída por muitos dos militares que participaram neste sublime acontecimento. A circunstância da sua presidência ser ocupada por um dos militares intervenientes mais prestigiados, Vasco Lourenço, veio a imprimir àquela associação um carisma singular, quer pela atividade que desenvolveu na defesa dos valores do 25 de

Abril, quer pela representatividade que assumiu desde o início. Podia, num certo sentido dizer-se que, com a extinção do Conselho de Revolução, continuava a ser uma depositária não institucional dos valores de Abril.

Porém, não é líquido que a A25A seja a única associação que envolve militares de Abril e intérpretes do "sentir Abril". Após uma vasta luta pelo associativismo representativo no seio das Forças Armadas na própria vigência do regime democrático em vigor, surgiram associações profissionais como a Associação Nacional de Sargentos, a Associação dos Oficiais das Forças Armadas e a Associação de Praças e mais recentemente ainda uma outra, esta de

natureza cívica, a Associação Conquistas da Revolução. São associações que não têm lugar cativo nas comemorações do Parlamento, mas das quais fazem parte muitos militares que fizeram o 25 de Abril.

A A25A tem a representatividade que tem. Por sua vez cerimónia comemorativa da Assembleia da República não tem o merecimento de acrescentar ou diminuir o valor da efeméride. O 25 de Abril vale por si, independentemente da composição político partidária que governa o país, e por pior que seja a atuação dos órgãos de soberania. Neste contexto, e enquanto estas celebrações ocorrerem e ficar as-

Continua na pág. 14

Sargentos fazem livro sobre Defesa Aérea

O livro "A Defesa Aérea em Portugal - A Componente Terrestre de Vigilância e Controlo", da autoria de dois militares da Força Aérea, os Sargentos-Ajudantes Paulo Ramos e António Ferreira, teve a sua sessão solene de lançamento, dia 23 de outubro, no Estado-Maior da Força Aérea, em Alfragide.

A sessão contou com a presença do CEMFA, General José Pinheiro, que proferiu algumas palavras de acolhimento e de boas vindas, a que se seguiu a apresentação da obra pelo Tenente-General José Tareco, que desempenhava as funções de comandante do Comando Aéreo (unidade a que pertencem os autores) à altura em o livro foi concluído.

Após as palavras de agradecimento, dirigidas pelos Sargentos-Ajudantes Paulo Ramos e António Ferreira, de-



correu um "Porto de Honra" enquanto os autores procediam a uma sessão de autógrafos.

Este livro, fruto de vários anos de pesquisa e recolha de dados e depoimentos, incide sobre factos de valor histórico referentes ao dispositivo, à

capacidade militar, aos equipamentos e à atividade operacional de uma das componentes da Força Aérea Portuguesa, inicialmente designada por Sistema de Alerta, mais tarde designada por Sistema de Defesa Aérea e, neste momento, já desativada. É um trabalho que descreve os diferentes aspetos da componente terrestre do Sistema de Defesa Aérea, as suas Unidades e Subunidades terrestres, desde a sua conceção, implantação e evolução.

O Sargento-Ajudante Paulo Ramos é mecânico de electrónica (MELECA) e desempenha funções de supervisão no Centro de Operações do Comando Aéreo, e o Sargento-Ajudante António Ferreira é operador de radar de deteção (OPRDET) e desempenha funções de apoio administrativo e gestão de informação no CAOC10 Monsanto,

órgão NATO de Comando e Controlo sediado em Portugal.

O jornal "O Sargento" congratula-se com a publicação de mais um trabalho, obra de Sargentos, com a particularidade deste caso, de se dar conhecimento de uma das vertentes, nem sempre visível e conhecida, da Força Aérea.

Saudando os camaradas Paulo Ramos e António Ferreira, fazemos votos que a inspiração que os motivou neste primeiro livro os leve a prosseguir para, quem sabe, um possível segundo volume sobre esta área específica de trabalho dos militares portugueses possa vir a ser uma realidade, tornando cada vez mais conhecida junto dos próprios militares e dos cidadãos em geral a missão de inúmeros profissionais nas suas mais variadas vertentes e competências. ▲

Homenagem ao SAJ/Fuz Campos Dias

Realizou-se, na Delegação n.º 1 do Clube do Sargento da Armada (CSA), no Feijó, no dia 9 de Dezembro, um "Porto de Honra" de homenagem ao Sargento-Ajudante/Fuzileiro António Campos Dias. A cerimónia, singela mas cheia de significado, foi uma iniciativa da Associação Nacional de Sargentos (ANS), com a colaboração do CSA. Com ela pretendeu-se homenagear este Sargento, alvo de procedimentos disciplinares devido à sua atitude associativa, que resultaram em punições que vieram a atrasar a promoção que lhe era devida. Apesar de ser vítima de perseguições que podemos considerar de cunho político, infelizmente fazendo recordar situações semelhantes às que se viveram em Portugal no período anterior ao 25 de Abril de 1974, nunca o SAJ/FUZ Campos Dias se amedrontou, jamais virando a cara ao combate, mantendo sempre uma firme, leal e frontal atitude de luta e resistência em defesa dos ideais que norteiam a sua vida enquanto cidadão e enquanto militar. A sua conduta é motivo de orgulho para todos os militares em geral e sargentos em particular, sendo um exemplo a seguir por todos nós que pugnamos, todos os dias, por um futuro melhor para esta nossa velha Pátria, tão vilmente tratada nos nossos dias.

O SAJ/FUZ Campos Dias estava



acompanhado pela esposa, pela filha e pelo genro (foto). A cerimónia contou com as presenças, entre outros, do presidente do Conselho Nacional da Associação dos Oficiais das Forças Armadas e do secretário da Direção da Associação de Praças que transmitiram, em nome das suas associações, mensagens de solidariedade. O presidente da Direção do CSA, o presidente da Direção da ANS e o responsável pela Delegação n.º 1 do CSA fizeram as intervenções de abertura. Um dos últimos chefes de serviço do nosso camarada teceu igualmente alguns comen-

tários, enaltecendo a sua conduta como subordinado, como camarada, como homem. Diversos camaradas e amigos presentes na homenagem aproveitaram a ocasião para enaltecer a estima e consideração que têm relativamente a este militar e reforçaram a satisfação, face à promoção do Sargento-Ajudante António Campos Dias, embora lamentassem a sua demora. O homenageado usou então da palavra, numa intervenção emocionada, mas contudo de grande firmeza, reafirmando a disponibilidade de continuar a bater-se pela defesa dos princípios e

valores em que acredita, como é seu timbre. Findas as alocações, seguiu-se o "Porto de Honra", que culminou com um brinde dedicado ao SAJ/FUZ Campos Dias e à sua família.

Anteriormente, no dia 20 de novembro, um grupo de camaradas e amigos Fuzileiros, levou a efeito na sede da Associação de Fuzileiros, no Barreiro, uma iniciativa idêntica de homenagem e solidariedade para com este camarada. Também nesta ocasião foram ouvidas palavras de reconhecimento, estima e admiração relativamente à conduta militar, profissional, mas sobretudo ao carácter de grande humanidade e sentido de justiça do homenageado.

Em ambas as ocasiões foi lembrada, com grande relevo e emoção, a frase proferida pelo nosso camarada aos órgãos de comunicação social, junto ao Portão Verde da Base Naval do Alfeite quando, à saída da pena de detenção que cumpriu há uns anos atrás, afirmou: "Vale mais morrer de pé, lutando, do que viver a vida de joelhos!".

O SAJ/FUZ Campos Dias vai agora transitar para a situação de Reserva. Ao SAJ/FUZ Campos Dias e à sua distinta família desejamos as maiores felicidades nesta nova fase das suas vidas. Vale sempre a pena lutar!

Paulo Leonardo ▲

ANS na EUROMIL

DON'T LET SOLDIERS FIGHT ALONE (*)

O 106.º Presidium da EUROMIL decorreu em Bruxelas, no passado mês de outubro, dias 26 e 27. Integrando o 4.º Congresso, órgão máximo da organização europeia de sindicatos e associações profissionais de militares, foi eleita a Direcção (Board) para o próximo quadriénio (2012 - 2016). O Presidium proporcionou ainda a oportunidade para realizar a 7.ª Reunião do Fórum das Associações de Militares do Mediterrâneo, FMMA (Forum of Mediterranean Military Associations). (veja mais em <http://www.euromil.org/>)

A EUROMIL reúne os seus membros em Presidium de seis em seis meses, todos os Outonos e Primaveras. De quatro em quatro anos, no de Outono, integra também o Congresso. Por isso, o 106.º Presidium revestiu-se duma importância fundamental para o futuro da organização: o 4.º Congresso. O órgão, uma assembleia geral de facto, para além da eleição dos membros do novo Board, incluiu trabalhos de alterações aos Estatutos e ao Regulamento Eleitoral. Dois apontamentos a reter:

- Lima Coelho, após 2 mandatos como membro do Board, não se apresentou a votos e deixou de integrar equipa que dirige os destinos da organização;

- e, embora os constrangimentos provocados pela crise financeira que a Europa atravessa tenham provocado a saída da EUROMIL da associação húngara HOSZ, outra associação, a AN.E.A.E.D (Associação Hellenica Independente de Oficiais das Forças Armadas Aposentados), grega, foi admitida como membro de pleno direito.

Como convidados, discursaram perante a assembleia o ministro da Defesa da Bélgica, Pieter De Crem; o Brigadeiro Pascal Roux, membro da EUMS - European Union Military Staff da EEAS - European Union External Action Service; e Jens Rotbøll, membro honorário da EUROMIL (por ter sido um dos seus fundadores e seu presidente durante muitos anos). A intervenção deste último celebrou o 40.º aniversário da EUROMIL, realçando a importância crescente que a organização tem ganho quer junto dos militares europeus, quer junto das entidades oficiais da União Europeia.

A 27 de outubro teve lugar um fórum de discussão sobre o tema "Efeitos da crise sobre os vencimentos e pensões dos militares", com exposições a cargo da HKKF, da Dinamarca, da PDFORRA, da Irlanda, e ANS e AP pelo nosso país. A apresentação



das delegações portuguesas (Lima Coelho e Luís Bugalhão - ANS, e Luís Reis e Carlos Nicolau - AP) causou surpresa a alguns camaradas europeus, quando se mostrou o slide com os vencimentos brutos anuais de um Cabo e de um Sargento-ajudante das FFAA portuguesas...

À margem dos trabalhos atrás descritos, teve lugar, ainda na noite de 26 de outubro, a 7.ª reunião do FMMA (ver destaques). Este grupo regional dentro da EUROMIL congrega a visão socioprofissional dos militares nos países do Mediterrâneo, uma vez que há muitos problemas comuns, principalmente no que concerne aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em uniforme em países como Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre, etc. Nesse sentido, pode dizer-se que a perspectiva

mediterrânica marcou duas posições. Por um lado, trabalhando e lutando solidariamente com as organizações profissionais de militares dos países membros do FMMA; por outro, afirmando a inequívoca missão de qualquer militar, servir o seu povo, sublinhar que estão ao lado do povo nas dificuldades provocadas pela crise financeira e na primeira linha para lutar contra elas. Estas posições foram materializadas nas seguintes iniciativas:

- foi difundido um documento de apoio da EUROMIL à jornada europeia de luta dos seus povos em 14 de novembro, aderindo ao apelo da Confederação Europeia de Sindicatos (www.ans.pt);

- o presidente da Direção da ANS discursou em Itália, num seminário sobre "Democracia, Direitos e Refor-

ma nas Forças Armadas - Uma Esperança Para o Respeito e a Tutela da Missão Militar", por ocasião do 20.º aniversário da ASSODIPRO (Associazione Solidarietà Diritto e Progresso);

- o FMMA lançou um manifesto no passado 12DEZ2012, em Madrid, para entregar aos titulares de órgãos de soberania nos diversos países mediterrânicos.

A ANS também trabalha na luta dos nossos camaradas em uniforme da Europa. Como membro de pleno direito da EUROMIL, assumimos como nossos os problemas comuns e ajudamos a combatê-los. Também na Europa!

(*) em tradução livre, 'Não deixes a tropa lutar sozinha'

Luis Bugalhão ▲

MANIFESTO

Aprovada a ideia na 7ª reunião do FMMA, o Manifesto representa um grito de alerta às tutelas dos cidadãos do Mediterrâneo. Nele se clama:

- os militares dos nossos países estão a sofrer as restrições anacrónicas nos seus direitos liberdades e garantias;
- tal como os povos que juraram defender, os soldados e marinheiros sentem as dificuldades que a crise financeira europeia têm provocado, e entendem as formas de luta que os cidadãos têm encontrado para as debelar;
- encaram as medidas tomadas pelos governos para combater a crise como preocupantes, quando colocam nas mãos de outros as decisões de soberania;
- sentem para além disso que as restrições se estendem ao reequipamento, fazendo perigar o desempenho da missão e, desnecessariamente, a integridade física de quem as desempenha;
- os membros do FMMA saberão cumprir o seu dever de denunciar e não deixar escalar os '...cortes a nível Europeu que minam a dignidade das suas famílias e as suas condições de cidadãos e de seres humanos.'

20 anos de ASSODIPRO

António Lima Coelho (LC) participou nas comemorações do 20.º aniversário desta associação italiana, e teve a oportunidade de intervir no debate sobre democracia e direitos dos militares. O enquadramento legal daquele país praticamente elimina os direitos de associação, de expressão e de reunião aos seus cidadãos em uniforme. Assim, o associativismo profissional militar tem conhecido períodos de grande repressão disciplinar sobre os que, ao longo de duas décadas, ousaram lutar para alterar esse quadro. O discurso de LC incidia na necessidade de considerar os militares como cidadãos de pleno direito, aos quais não pode ser infligido um duplo castigo, por via das restrições aos seus direitos fundamentais, acumuladas com a degradação das condições de vida das suas famílias. Foi uma intervenção de solidariedade por todos os que '... lutam também pelo direito de existir e pelo direito de ser reconhecidos como parceiros, como parte interessada e integrante, com um papel importante na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.'

Actividade ASSOCIATIVA

Se a primeira parte do ano de 2012 já se vinha revelando muito difícil, o período pós-férias revelou-se ainda mais grave e motivou a movimentação dos dirigentes e das massas associativas das diferentes associações profissionais de militares, não apenas em reuniões entre as respectivas direcções para discussão e análise da situação, em cada momento, como também de manifestações de preocupação e mal-estar materializadas em actos públicos de maior ou menor visibilidade. Deste quadro de preocupações apresentamos um resumo da intensa actividade associativa desenvolvida particularmente no período após as chamadas férias de Verão, que como prevíamos e alertámos foi fértil no aparecimento de legislação profundamente penalizadora.

04SET - Debate sobre Conceito Estratégico da Defesa Nacional, na Universidade Católica, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

05SET - Almoço com militares da BA 6 - Montijo;

06SET - Reunião na sede da ANS, em Lisboa, entre associações portuguesas (ANS, AOFA e AP) e espanhola (AUME). ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

06SET - Reunião na DGPRM /MDN. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, M.Ramos e A.Taveira;

08SET - Cerimónia do "Dia da Praça", no Feijó. ANS representada por L.Coelho;

09SET - Cerimónia do 30º aniversário da ANCU, em Tondela. ANS representada por J.S.Pereira;

10, 11SET - Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;

18SET - Cerimónia de lançamento de uma colecção de livros na sede da CPLP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

20SET - Almoço com Sargentos do CFMTFA - Ota;

20SET - Reunião na sede da ANS com dirigentes da AP. ANS

representada por L.Coelho, P. Contreiras, A.Taveira e A.Martins;

25SET - Encontro de Militares em Regime de Contrato, na Casa do Alentejo, em Lisboa. Iniciativa organizada conjuntamente pelas AP e ANS;

26SET - Reunião das APM na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

28SET - Seminário sobre 10 anos da Rede Nacional de Apoio, organizado pela ADFA, na sede nacional, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

01OUT - Reunião das APM's na sede da AP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e L.Bugalhão;

04OUT - Cerimónia de lançamento do livro do SMOR José Soares, na papelaria Sá da Costa, em Lisboa. Apresentação sobre o autor por L.Coelho;

05OUT - Cerimónias comemorativas do 5 de Outubro e inauguração da sede social, organizadas pela Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, no Porto. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.P.Leitão e A.Nabais;

08OUT - Reunião com delegados em Viseu. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.C.Dias e R.Lopes;

12OUT - Reunião das APM' na sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e A.Martins;

17OUT - Encontro de Militares, organizado pelas APM no Hotel SANA Lisboa;

18OUT - Reunião promovida por sindicatos da polícia, na sede da SUP, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira;

20OUT - Conferência Nacional de Delegados da ANS, no Entroncamento;

22OUT - Reunião das APM na sede da AP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e A.Taveira;

24OUT - Manifestação promovida pela APG/GNR, em Lisboa. Delegação da ANS presente para transmitir solidariedade,

composta por L.Coelho, M. Ramos, J.Pereira e A.Martins;

25, 26 e 27OUT - Reunião de Direcção, 106º Presidium e 4º Congresso da EUROMIL, em Bruxelas. Delegação da ANS composta por L.Coelho e L. Bugalhão;

29OUT - Reunião com militares, em Tavira. L.Reis da AP também presente. ANS representada por L.Coelho e A.C. Dias;

30OUT - Cerimónia de lançamento de um livro do Dr. Jorge Cobra, sobre Psicologia Militar, no ISLA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

31OUT - Reunião das APM's na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

05NOV - Debate da Comissão de Defesa na Assembleia da República, com a presença do MDN. Delegação da ANS presente nas galerias, composta por L.Coelho, M.Ramos e A.Jacinto;

05NOV - Reunião com militares, em Beja. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;

06NOV - Manifestação promovida pela ASPP/PSP, em Lisboa. Delegação da ANS presente para transmitir solidariedade, composta por L.Coelho, L.Bugalhão, A.Taveira e A.Martins;

08NOV - Reunião no Comando Distrital da PSP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

10NOV - Concentração da Família Militar na Praça do Município e Desfile até à Praça dos Restauradores, em Lisboa. Iniciativa com o apoio das APM;

11NOV - Cerimónia do 94º aniversário do Armistício, 89º aniversário da Liga de Combatentes e 38º aniversário do fim da Guerra Colonial, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

15NOV - Reunião das APM na sede da ANS, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e P.Contreiras;

20NOV - Reunião na DGPRM /MDN. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, M.Ramos e

L.Bugalhão;

20NOV - "Porto de Honra" de solidariedade com o SAJ/FUZ Dias, na Associação de Fuzileiros, no Barreiro, promovido por um núcleo de Fuzileiros;

21NOV - Almoço com Sargentos da BALUM - Lumiar, Lisboa;

22NOV - Seminário integrado nas comemorações do 20º aniversário da ASSODIPRO, em Roma, Itália. ANS representada por L.Coelho;

27NOV - Presença nas galerias da Assembleia da República de delegações de dirigentes associativos militares, assistindo à votação final global do Orçamento do Estado;

27NOV - Os presidentes das ANS, AOFA e AP (L.Coelho, M.Cracel e L.Reis) fazem entrega de documento no Tribunal Constitucional e na Provedoria de Justiça;

27NOV - Vigília junto da Presidência da República e entrega de documento na Casa Militar do PR pelos presidentes das ANS, AOFA e AP;

29NOV - Almoço com Sargentos do Colégio Militar, em Lisboa;

30NOV, 01 e 02DEZ - Convite para Cerimónia de Abertura e de Encerramento do Congresso do PCP, no Feijó, Almada. ANS representada por A.C.Dias e A. Jacinto, L.Bugalhão e J.Pereira, L.Coelho e M.Ramos;

03DEZ - Almoço com Sargentos do DGMFA e DREA, em Alverca;

09DEZ - "Porto de Honra" de homenagem ao SAJ/FUZ A.C. Dias, na Delegação nº1 do CSA, no Feijó, em colaboração com o CSA;

11DEZ - Reunião com o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, no MDN. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

12DEZ - Reunião das associações membros do Forum Mediterrânico de Associações Militares, em Madrid e entrega de "Manifesto" na sede do governo espanhol. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos e P.Contreiras;

13DEZ - Dirigentes da AP e da

ANS entregam "Manifesto" na residência oficial do primeiro-ministro, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e M.Ramos;

17DEZ - Entrega de documento sobre ADM no gabinete do SEADN, no MDN.

No momento do fecho desta edição continuam a existir imensas dúvidas quanto ao futuro, particularmente em relação às alterações introduzidas pelo OE2013 no processo de transição para as situações de Reserva e Reforma, dúvidas que nem o MDN nem as chefias militares esclarecem devida e cabalmente, deixando centenas, senão mesmo milhares, de camaradas nossos e respectivas famílias num estado de grande instabilidade e incerteza.

Entretanto, aproxima-se inexoravelmente o final do ano e a certeza de um novo ano "negro" e prenhe de dificuldades para os portugueses, com particulares e específicas dificuldades para os militares.

Esperamos que o primeiro-ministro e o Presidente da República, num rebate de consciência, se coíbam de vir a público, com ar compungido, endereçar qualquer hipócrita mensagem de "Boas Festas ou Feliz Ano Novo", quando bem sabem que muito têm feito para que tais condições estejam distantes da realidade da vida do dia-a-dia dos cidadãos portugueses.

Está em curso a preparação de um acto eleitoral da ANS, que terá o seu final no próximo dia 2 de fevereiro de 2013. A Direcção de "O Sargento" faz votos de que a massa associativa da ANS se mobilize para conferir a este acontecimento da vida democrática de qualquer instituição a dimensão, força e apoio que este organismo representativo dos Sargentos de Portugal merece. Que deste acto eleitoral saia uma nova equipa renovada e dinamizada para continuar o necessário e urgente combate na defesa das condições socioprofissionais dos militares Sargentos e das suas famílias. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 3 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Eleitoral, a realizar no Grande Auditório do ISCTE, Av. das Forças Armadas, em Lisboa, no dia 2 de fevereiro de 2013, pelas 09.00 horas, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Eleição dos Órgãos Sociais para o biénio 2013/2014 (Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal).

A Assembleia de Voto funcionará das 09.00 às 13.00 horas.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 29 de dezembro de 2012

O presidente da Assembleia Geral (em exercício)

José Fernandes Gonçalves

O 25 de Abril 38 anos depois

Continuação da pág. 12

segurada a participação de entidades e organismos que são defensores e lutadores de liberdade e democracia, estarão asseguradas as condições potenciais para que sempre se possa realizar o projecto para uma sociedade mais justa, mais livre e mais feliz.

A A25A participou ativamente este ano na manifestação cívica desde a Praça de Marquês de Pombal até aos Restauradores. Mas se, com a sua ausência na cerimónia da Assembleia da República a A25A quis engrossar o ror de protestos contra a desastrosa situação sócio - económica que se vive no país, há que reconhecer que alcançou o seu objectivo.

Porém, o 25 de Abril com os seus fautores constituiu em si um valorização pela positiva da qual os portugueses não abdicarão sem luta. É uma referência perene que nenhuma falta de cravo na lapela pode eliminar.

Assumida esta premissa é no entanto bom ter em conta que em diversos momentos do proces-

so que marcou o Movimento dos Capitães, este viria a introduzir ingredientes a permitir vacilações com incidência na esfera política e social. As datas de 28 de setembro de 1974, de 11 de março de 1975 e de 25 de novembro de 1975 sempre dirão alguma coisa.

Do que não há dúvida é que a generosidade do programa do 25 de Abril acha-se retratada na Constituição da República. Hoje, bem ou mal, temos um governo eleito, cuja acção é infelizmente (???) amplamente contestada.

O que é importante e de celebrar é este mesmo 25 de Abril de 1974 quando o MFA entregou nas mãos do povo português as alavancas do seu próprio destino. Os valores do 25 de Abril estão e estarão sempre gravados no ideário de cada português sempre na esperança de que cada governo saiba ser digno deles.

Lisboa, 26 de abril de 2012

António Bernardo Colaço
(Juiz-Conselheiro do STJ - jubilado) ▲



Utilização do sistema a débito direto

A ANS vive exclusivamente das contribuições dos seus associados. Rejeitamos qualquer outro tipo de receita, que possa contribuir para uma menor independência da nossa Associação.

Isto torna ainda mais importante que os nossos associados paguem efetivamente a sua quotização. Só assim a ANS poderá continuar, fazendo face às despesas de funcionamento da nossa Sede, às despesas decorrentes da publicação do nosso jornal "O Sargento" (gratuito para os associados com a quotização em dia), às despesas decorrentes dos muitos milhares de quilómetros efetuados por todo o País em estreito contacto com os nossos núcleos, aluguer de salas para eventos associativos, telefones, Internet, etc.

DOIS PROBLEMAS - O sis-



tema de pagamento da quotização "antigo" era por transferência bancária normal. Este sistema, para além de dificultar a verificação do pagamento de quotas à ANS, é também cobrado pelo banco ao associado a um valor absurdamente elevado, chegando ao cúmulo, na instituição bancária mais utilizada pela Marinha, de cada transferência bancária para a ANS (semestral ou anual) ter um custo para o associado superior ao valor da quota.

A ANS aderiu, como entidade

cobradora, ao sistema de Débito Direto, tendo lançado uma campanha de adesão ao mesmo que embora tendo sido bem sucedida, ainda não atingiu o seu objetivo na totalidade.

A SOLUÇÃO - Porquê então o Débito Direto? Porque só tem vantagens. Vejamos:

- 1- É Gratuito para o associado e dispensa idas ao banco.
- 2- Permite a qualquer momento uma verificação numa caixa multibanco.
- 3- Tem um limite máximo por pagamento definível pelo associado.
- 4- Poupa à ANS dezenas de horas de trabalho gastas em gestão de quotas.
- 5- Se o associado mudar de instituição bancária todas as autorizações de débito direto da conta bancária anterior podem ser pas-

sadas para a nova conta.

[Bases legais e regulamentares: AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2002, publicado na I.ª Série-B do Diário da República n.º 61, de 13 de Março de 2002; AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2005, publicado na I.ª Série-B do Diário da República n.º 120, de 24 de Junho de 2005; INSTRUÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 125/96 (SICOI - Sistema de Compensação Interbancária)]

O QUE FAZER?

Caso não saiba exatamente qual é o sistema que utiliza para pagamento das quotas da ANS é simples: contacte os nossos serviços administrativos em horário de expediente, se tiver o número de sócio por perto é mais rápido. Ou mande um email ou carta. Tere-

mos muito gosto em prestar essa informação.

Para aderir ao débito direto no pagamento da quota da ANS é muito fácil:

- Entre na nossa página de Internet e faça o "download" da ficha de inscrição/alteração. Imprima, preencha e faça-nos chegar por correio, fax ou email.
- Contacte-nos por telefone, carta ou email e peça o envio de uma ficha de inscrição/alteração para a sua morada. Receberá a mesma e um envelope RSF que permitirá a devolução da sua ficha sem custos.
- Venha à nossa Sede pessoalmente (traga o NIB e os dados da conta bancária). Se ainda não conhece a sede dos Sargentos de Portugal é uma excelente oportunidade. ▲

Novos Protocolos ANS

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
T. 218038023 F. 218121759 eusilpharma@gmail.com

Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50 euros, para associados e familiares

Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.

(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes.

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca
Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticalmalveira.com
Tel./Fx: 219 660 377
Tm: 968 634 959

E-mail: idealopticalmalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.

Consultas:

- Optometria grátis (mediante marcação);
 - Contactologia grátis (oferta 1º par);
 - Rastreamentos auditivos grátis (mediante marcação);
 - Medição da Tensão Ocular
- Facilidades de pagamento sem juros.

Cruz Vermelha Portuguesa

Serão destinatários deste protocolo todos os associados da ANS com alargamento ao seu agregado familiar.

Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acor-

dadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.

SERVIÇOS A PROTOCOLAR:

Serviço de Teleassistência da CVP:

a) Proporcionar uma resposta imediata em situações de segurança, urgência/emergência ou derivadas destas, bem como o apoio na solidão, a todos aqueles que aderirem ao seu serviço.

b) Garantir um serviço telefónico de apoio inovador, no sentido da melhoria da qualidade de vida, saúde, segurança e auto-estima dos utilizadores;

c) Proporcionar às pessoas em situação de dependência a manutenção da sua autonomia num quadro de normalidade, permanecendo no seu domicílio e desfrutando da mais-valia da integração numa comunidade local;

d) Evitar ou retardar a necessidade de recurso à institucionalização de pessoas em situação de dependência;

e) Sistema de Aquisição.

1) Período de fidelização - Contrato de adesão, por um período mínimo de 12 meses, automaticamente renovado por igual período, se não for denunciado por carta registada, até 30 dias antes do seu termo, salvo situações devidamente justificáveis.

Outros Serviços complementares

1 - Poderão os potenciais aderentes, incluir os SERVIÇOS de SAÚDE através do Serviço de Teleassistência com um custo mensal, acrescido às mensalidades de Teleassistência. Os Serviços de Saúde têm como benefícios:

- Aconselhamento médico telefónico e assistência médica de urgência, disponível 24 horas por dia, gratuito e extensível ao agregado familiar;
- Transporte gratuito em situações de

emergência e/ou após alta médica, desde que com indicação médica. Esta vantagem também é extensível ao agregado familiar;

- Enfermagem ao domicílio, previamente solicitada e com pagamento de taxas moderadoras de acordo com a tabela fornecida e com um desconto por cada tipo de serviço solicitado;

- Levantamento de medicamentos prescritos pelo médico dos serviços de Saúde da CVP que se deslocam ao domicílio com um custo de €5 mais os medicamentos (apenas em casos em que o utente não possa fazê-lo).

2 - Fica também abrangido ao abrigo deste protocolo o serviço de Transporte de Doentes, do qual poderão beneficiar os associados da ANS e seus familiares, sendo para tal aplicada a tabela de preços.

3 - Acesso privilegiado à Residência de Elvas da CVP, beneficiando os associados da ANS e seus familiares, de um desconto de 10% sobre os preços de tabela.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares:

Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.

Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos

Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.

Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

Protocolos

Águas do Gerês - Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113/253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis Escapes

■ ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■ GRACIAUTO
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Pneus

■ SULPNEUS
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Video clube

■ CINETEKA.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS
Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião
TM - 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
T. 218124226 quinti-

noaires@quintinoaires.pt
Rua Formosa 253-3º D
4000-258 PORTO T. 222016312
porto@quintinoaires.pt
Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e familiares.

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Valle dos Reis

Residências Sénior Assistidas
www.valledosreis.com
Av. António dos Santos, n.º36
2000-074 SANTARÉM
T. 243377803 F.243377804
valledosreis@enfis.pt
Desconto de 5% na joia e men-

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
T. 210995590 F.211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5% a 8% em vários Operadores Turísticos.
Desconto de 8 a 10% na programação própria.
Desconto de 6 a 8% em Rentacar.
Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS

Tel.: 21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

Dia Nacional do Sargento

A Revolta do Porto, de 31 de janeiro de 1891, é comemorada pelos Sargentos há trinta e seis anos, sendo que nos últimos vinte e três sob a égide da ANS.

A Revolta do Porto procurou dar resposta aos sentimentos patrióticos que varriam o país de norte a sul, face à vergonhosa submissão do poder monárquico reinante ao insultuoso “ultimatum” imposto a Portugal pela coroa britânica.

Os Sargentos da guarnição militar do Porto, levaram por diante, nesse dia 31 de janeiro de 1891, a sublime vontade de resgatar a dignidade perdida, tentando pela primeira vez implantar a República.

Foram vencidos! Na verdade foram vencidos, mas deixaram no terreno as sementes que haviam de germinar dezanove anos mais tarde, em 5 de outubro de 1910.

O feito patriótico, apesar da derrota, ficou na mente e nos corações de todos os portugueses que não se submetem, que não vacilam quando é a soberania e a honra da Pátria que estão em jogo. Por isso os Sargentos de Portugal elegeram o dia 31 de Janeiro como o seu dia nacional - o Dia Nacional do Sargento!

No momento em que se organizam, uma vez mais, as comemorações nacionais, o jornal “O Sargento” falou com o responsável pelo Departamento de Organização da ANS, Luís Bugalhão, vice-presidente da Direção.



“O Sargento” - Camarada, como estão a decorrer os preparativos para as comemorações do 31 de Janeiro?

Luís Bugalhão - Neste momento a Direção da ANS está em contacto com os seus diferentes núcleos regionais por forma a dinamizar a rea-



lização das comemorações que passarão por almoços, debates, jantares, iniciativas nas unidades militares, de acordo com as disponibilidades, com a vontade e a decisão dos próprios núcleos e delegados.

“O Sargento” - Estas comemorações são sempre um momento alto da atividade associativa. Que dados já tens da mobilização que está a ser feita?

Luís Bugalhão - Dizes bem, camarada. As comemorações do Dia Nacional do Sargento são sempre um momento alto da vida da ANS e concomitantemente dos Sargentos de Portugal, isto porque sempre ligámos o acto comemorativo e de homenagem aos heróis da Revolta do Porto, com os problemas sociais e profissionais do presente, razão primeira para que, ano após ano, as comemorações se tornem num elemento gregário e de enorme demonstração de unidade da categoria militar de Sargentos.

Este ano assim será uma vez mais e

razões para lutarmos não faltam, infelizmente. O Orçamento do Estado para 2013 vem agravar ainda mais as nossas vidas, reduz os vencimentos, aumenta a carga fiscal, aumenta os custos com a saúde quando degrada os serviços prestados, aumenta as dificuldades de funcionamento das unidades militares, para além de se suspeitar de alterações ao EMFAR em curso, enfim, faz das nossas vidas um verdadeiro inferno, razão pela qual estamos convictos que a mobilização irá corresponder às necessidades que temos em fazer frente a esta política de desastre nacional.

“O Sargento” - Para terminar, queres deixar mais algum apontamento que julgues importante?

Luís Bugalhão - Este ano, aliás como ocorre de dois em dois anos, coincidente com as comemorações do 31 de Janeiro decorre o ato eleitoral para o biénio 2013/2014 (*), mais uma razão para nos mobilizarmos massivamente, daí apelar aos Sargentos residentes na área da grande Lisboa para comparecerem no **Grande Auditório do ISCTE, a partir das 09H00, no dia 2 de fevereiro de 2013**, participando na comemoração da efeméride, mas simultaneamente para debater os nossos problemas e para votar para os futuros órgãos sociais da nossa ANS. ▲

(*) Convocatória da assembleia geral eleitoral na página 14 desta edição de ‘O Sargento’.

COMO A HISTÓRIA PODE PARECER REPETIR-SE...

Portugal e Inglaterra: Uma aliança na dependência

“O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que insiste é o seguinte: que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas, actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade “Enchantress” está em Vigo esperando as suas ordens. Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890”.

Quando este pequeno texto, que ficaria conhecido pelo nome de “Ultimatum”, ultrapassou o segredo dos gabinetes e chegou ao conhecimen-

to público, verificaram-se neste País duas reações diferentes: a das manifestações populares, seguindo atrás das palavras inflamadas dos oradores; e a das cabeças pensantes daqueles poucos que tinham por hábito refletir sobre as coisas.

Vejamos o que se passou com a multidão. Bourbon e Meneses conta-nos assim, no seu caderno “O Ultimatum de 1890 (antecedentes do conflito anglo-português)”, o que foram essas demonstrações:

“Pálidos e mudos, os polícias e os municipais viam passar os cortejos que dir-se-iam levados num pé de vento furioso. Havia quem, das janelas, à sua passagem, atirasse discursos que eram como mechas incendiárias. Tudo parecia ter endoidecido. Defronte do consulado inglês, uma multidão ia a ‘pérfida Albion’. E no meio do remoinho, um popular, que, por sinal, era galego, deita por terra o escudo onde o heráldico leopardo arregaça a dentuça... Fazem-se prisões que pouco duram. A atmosfera é de desesperação. Já o monumento do trovador dos ‘Lusíadas’ aparecera e se con-

servava cingido de crepes lutuosos. Inflamados, os jornais vinham para a rua frementes de protestos e de alvitres. A ira dos patriotas - é ir ler esses velhos papéis - oscilava entre o sublime e o burlesco”.

Por seu turno, Oliveira Martins, em 1895, na nota à terceira edição de “Portugal Contemporâneo”, refere-se aos efeitos da aliança inglesa logo a seguir ao episódio de 1640:

“Feita a paz com a Espanha, Portugal independente parecia perdido, tanta era a desolação e a miséria deste povo reduzido à condição de ilotas dos espartanos bretões que o tutelavam. Portugal salvara-se das garras de Espanha para cair nas de Inglaterra. Do leão passava ao leopardo. A independência era uma ficção, porque a realidade era o protectorado”.

In “História da Revolta do Porto”
- de João Chagas e ex-Tenente Coelho ▲